



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **Nely Aquino**

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO Nº DE 2026 (Da Sra Nely Aquino)

Requer a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação com o objetivo de discutir o tema das políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades/ superdotação (AH/SD).

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa, ouvido este colegiado, nos termos art. 58, 2º, II, da Constituição Federal e do art. 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de **Audiência Pública na Comissão de Educação com o objetivo de discutir o tema das políticas públicas direcionadas às pessoas com altas habilidades/ superdotação (AH/SD).**

Indicamos, para tanto, os seguintes debatedores:

1. Representante do Ministério da Educação (MEC);
2. Representante da Secretaria de Estado de Educação do Governo do Distrito Federal (SEEDF);
3. A doutora Jhoyce Hayne, advogada e presidente da primeira comissão da OAB do Brasil para superdotados – Comissão de Defesa dos Direitos das Pessoas com Altas Habilidades/Superdotação ou Dupla excepcionalidade;
4. A doutora Denise Fleith, pesquisadora do Instituto de Psicologia (IP) da Universidade de Brasília (UnB) e autora do livro “Crianças Superdotadas”, da Editora Appris;





5. A senhora Robertha Munique, presidente do Instituto RAISES – Rede de Apoio, Incentivo e Suporte Educacional e Emocional ao Superdotado, Especialista em Atendimento Educacional Especializado em Altas Habilidades/Superdotação (MEC/UnB);
6. A senhora Amáble Pacios, presidente da FENEP (Federação Nacional das Escolas Particulares);
7. O estudante Rafael Kessler, criador de uma fórmula matemática reconhecida pela UnB, a Fórmula de Kessler, programador, inventor da Língua Hyroasc e homenageado pela CLDF, pela OAB, pelo Instituto RAISES e pelo MEC no Compromisso Nacional Toda Matemática;
8. O estudante Lucas Freitas, primeiro medalhista olímpico de ouro do Brasil em competição de cibersegurança na China, homenageado pela OAB, pelo Instituto RAISES e pela Accenture.

JUSTIFICAÇÃO

Estudantes com altas habilidades/superdotação (AH/SD) integram o público da educação especial no Brasil, nos termos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, sendo reconhecidos como indivíduos que apresentam elevado potencial em uma ou mais áreas do conhecimento, frequentemente associado à criatividade, ao envolvimento e ao alto desempenho em atividades de interesse.

Apesar desse reconhecimento legal, os dados educacionais disponíveis evidenciam que esse grupo permanece significativamente subidentificado no país. O Censo Escolar da Educação Básica aponta um número reduzido de estudantes identificados com AH/SD em comparação ao total de matrículas, o que indica a existência de barreiras nos processos de identificação, registro e acompanhamento desses alunos.

Esse cenário revela desafios estruturais importantes, como a necessidade de formação adequada de profissionais da educação, o aperfeiçoamento dos critérios de identificação e a consolidação de políticas públicas





CÂMARA DOS DEPUTADOS
Gabinete da Deputada **Nely Aquino**

mais consistentes e contínuas. Além disso, muitos estudantes com AH/SD, especialmente aqueles que não se enquadram no perfil acadêmico tradicional ou que apresentam dupla excepcionalidade, ainda enfrentam dificuldades para ter suas necessidades educacionais plenamente atendidas.

Embora a legislação brasileira assegure o direito ao atendimento educacional especializado, observa-se que sua implementação ainda ocorre de forma desigual e, por vezes, insuficiente, o que compromete o pleno desenvolvimento das potencialidades desses estudantes e sua efetiva inclusão educacional.

No contexto atual, em que o tema vem ganhando maior espaço na agenda legislativa nacional, torna-se fundamental que esta Casa avance para além da formulação normativa, atuando de forma mais efetiva no acompanhamento, na fiscalização e no aprimoramento das políticas públicas voltadas a esse público, de modo a assegurar a concretização dos direitos já previstos.

A realização da presente audiência pública mostra-se, portanto, essencial para promover um debate qualificado, reunir especialistas, gestores, educadores, estudantes e representantes da sociedade civil, além de possibilitar a identificação de lacunas e a construção de caminhos para o fortalecimento das políticas públicas voltadas às pessoas com AH/SD.

Ante a importância do tema, solicitamos o apoio dos nobres pares para aprovação do requerimento que pretende debater sobre o Ensino de Libras.

Sala das Reuniões, em de de 2026.

Deputada NELY AQUINO
PODEMOS-MG

